

EDITAL Nº 002/2021 – TCE/RN – REABERTURA DE INSCRIÇÕES

A PRESIDENTE DA COMISSÃO DESIGNADA PELA PORTARIA Nº 213/2021 – GP/TCE, publicada no Diário Eletrônico do TCE/RN nº 2934, do dia 03 de novembro de 2021, no uso de suas atribuições e com fundamento nos arts. 3º e 7º, da Resolução nº 024/2021-TC, que regulamenta e institui o Programa de Estágio no âmbito do TCE/RN,

Considerando a publicação do EDITAL Nº 001/2021 – TCE/RN, no Diário Eletrônico do TCE/RN nº 2938, do dia 09 de novembro de 2021,

Considerando o teor do ponto 4.1 constante no EDITAL Nº 001/2021 – TCE/RN que faculta ao TCE/RN a possibilidade de prorrogação das inscrições para o Processo Seletivo de Estágio de Pós-Graduação, mediante divulgação na página eletrônica do Tribunal,

Considerando a ocorrência de problemas técnicos no sítio eletrônico do TCE/RN no dia 12 de novembro de 2021, no período noturno, e objetivando não prejudicar eventuais candidatos que não tenham conseguido efetivar as inscrições no Processo Seletivo por essa razão,

RESOLVE:

1. Reabrir as **INSCRIÇÕES** para o Processo Seletivo de Estágio de Pós-Graduação no âmbito do TCE/RN, que deverão ser realizadas exclusivamente pela *internet*, **no período de 00h00 do dia 18/11/2021 até 23h59min do dia 18/11/2021**, por meio do sítio eletrônico do TCE/RN.
2. As demais datas constantes no EDITAL Nº 001/2021 – TCE/RN permanecem inalteradas.

Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, em Natal/RN,
16/11/2021.

Marise Magaly Queiroz Rocha
Presidente da Comissão
Portaria nº 213/2021 – GP/TCE

ATOS ADMINISTRATIVOS

Gabinete da Presidência

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA ESTAGIÁRIOS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

EDITAL Nº 001/2021 – TCE/RN

A PRESIDENTE DA COMISSÃO DESIGNADA PELA PORTARIA Nº 213/2021 – GP/TCE, publicada no Diário Eletrônico do TCE/RN nº 2934, do dia 03 de novembro de 2021, no uso de suas atribuições e com fundamento nos arts. 3º e 7º, da Resolução nº 024/2021-TC, que regulamenta e institui o Programa de Estágio no âmbito do TCE/RN, torna público o PROCESSO SELETIVO para preenchimento de vagas imediatas e formação de cadastro de reserva para ESTÁGIO REMUNERADO DE PÓS-GRADUAÇÃO no Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE/RN), com as seguintes disposições:

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1 Poderão participar do processo seletivo estudantes graduados em **Ciências Contábeis, Direito ou Engenharia Civil** que estejam matriculados em curso de pós-graduação **nas áreas correlatas**.
 - 1.1.1 São considerados cursos de pós-graduação, as especializações *lato sensu*, com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas, em Instituição de ensino superior regularmente credenciada junto ao Ministério da Educação (MEC).
- 1.2 A carga horária do estágio de pós-graduação será de **30 (trinta) horas semanais**, devendo o horário corresponder ao expediente do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, compatibilizando-o com o horário de aulas do curso de pós-graduação.
- 1.3 O valor da bolsa do estágio de pós-graduação corresponderá a **R\$ 2.000,00 (dois mil reais)**, que será acrescido ainda de auxílio transporte e pago em pecúnia, no valor equivalente a 2 (duas) vezes a tarifa praticada para estudantes no transporte coletivo do Município de Natal/RN, por dia, proporcionalmente aos dias efetivamente estagiados de forma presencial.
- 1.4 O estagiário de pós-graduação terá direito a período de recesso de 30 (trinta) dias, devidamente remunerado, a ser gozado, de forma preferencial, em período coincidente ao de suas férias escolares, em comum acordo com sua chefia imediata, sempre que o período de estágio for igual ou superior a 1 (um) ano.
 - 1.4.1 O período de recesso poderá ser fracionado em até 2 (dois) períodos, não inferiores a 15 (quinze) dias cada, quando houver conveniência administrativa, com anuência da chefia imediata.
 - 1.4.2 O período de recesso será concedido de maneira proporcional ao estágio quando este tiver duração inferior a 1 (um) ano.
- 1.5 A realização do estágio não cria vínculo empregatício, de qualquer natureza, entre o estagiário e o TCE/RN.

2. DA COMISSÃO DO CONCURSO

- 2.1 O processo seletivo de estagiários de pós-graduação do TCE/RN competirá à Comissão designada pela Portaria nº 213/2021 - GP/TCE (publicada no Diário Eletrônico do TCE/RN nº 2934, do dia 03 de novembro de 2021), incumbida de organizar, elaborar, aplicar e corrigir as provas.

3. DAS VAGAS E DO CADASTRO DE RESERVA

- 3.1 A presente seleção destina-se à contratação imediata, bem como à formação de cadastro de reserva de estagiários de pós-graduação, nos termos descritos no item 1.1 deste edital, bem como respeitado o percentual de 10% (dez por cento) das vagas reservadas às pessoas com deficiência - PCD, observando-se o teor do §5º, do art. 17, da Lei Federal nº 11.788/2008, consoante segue:

ÁREA DE FORMAÇÃO	TOTAL DE VAGAS	AMPLA CONCORRÊNCIA	PCD
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	4	4	-
ENGENHARIA CIVIL	1	-	-
DIREITO	15	13	2

4. DAS INSCRIÇÕES

- 4.1 A inscrição será gratuita e deverá ser realizada exclusivamente pela *internet*, no período de **00h00 do dia 11/11/2021 até 23h59min do dia 12/11/2021**, por meio do sítio eletrônico do TCE/RN, podendo ser prorrogadas, a critério do TCE/RN, mediante divulgação na página eletrônica do Tribunal.
- 4.2 As informações prestadas no formulário de inscrição serão de inteira responsabilidade do(a) candidato(a), dispondo o TCE/RN do direito de excluir do processo seletivo aquele(a) que não preencher os dados de forma completa e correta.
- 4.3 O TCE/RN não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica, tais como: falhas dos computadores, do sistema de comunicação de dados, congestionamento das linhas de comunicação e falta de energia.
- 4.4 O(a) candidato(a) deverá conferir, a partir do dia 22/11/2021, na página eletrônica do TCE/RN, a lista com o deferimento das inscrições.
- 4.5 No caso de ter sua inscrição indeferida, o candidato terá o período de 00h00min até 23h59min do dia 23/11/2021 para apresentar recurso, em formulário eletrônico próprio disponibilizado na página eletrônica do TCE/RN.
- 4.6 A lista final com as inscrições deferidas, após o julgamento dos recursos interpostos, será publicada na página eletrônica do TCE/RN, no dia 26/11/2021.

5 DAS PROVAS

5.1 O processo seletivo para seleção de estagiários de pós-graduação do TCE/RN constará de **prova objetiva** para os bacharéis em **Ciências Contábeis, Direito e Engenharia Civil**.

5.1.1 A prova objetiva, para todas as áreas, será composta de 40 (quarenta) questões do tipo múltipla escolha, com quatro opções (A, B, C e D), sendo uma única resposta correta, de acordo com o comando da questão. Cada uma das questões valerá 0,25 (zero vírgula vinte e cinco) pontos, totalizando assim o valor máximo de 10 (dez) pontos. Haverá, na folha de respostas, para cada questão, quatro campos de marcação: um campo para cada uma das quatro opções A, B, C e D, sendo que o(a) candidato(a) deverá preencher apenas aquele correspondente à resposta julgada correta, de acordo com o comando da questão.

5.1.2 A prova objetiva, para todas as áreas, compreenderá: 10 (dez) questões de Conhecimentos Gerais, correspondentes às Noções sobre a Organização do TCE/RN, conforme conteúdo programático indicado no **Anexo I** do presente Edital; e, ainda, 30 (trinta) questões sobre Conhecimentos Específicos, conforme conteúdo programático indicado no **Anexo I** do presente Edital.

ÁREA DE FORMAÇÃO	PROVA OBJETIVA	
CIÊNCIAS CONTÁBEIS, DIREITO E ENGENHARIA CIVIL	CONHECIMENTOS GERAIS	10 QUESTÕES
	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	30 QUESTÕES
TOTAL		40 QUESTÕES

5.1.3 Em todas as matérias do conteúdo programático indicado no **Anexo I** do presente Edital, considerar-se-á a legislação vigente até a data da publicação deste Edital.

5.1.4 Não serão permitidas, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos e a utilização de máquinas calculadoras ou similares, livros, anotações, régua de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive códigos e (ou) legislação.

5.1.5 O(a) candidato(a) deverá comparecer ao local designado para a realização das provas munido(a) somente de caneta esferográfica de tinta preta fabricada em material transparente e do documento de identidade original. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira/grafite, marca-texto e (ou) borracha durante a realização da prova;

5.1.6 Será eliminado do concurso o candidato que, durante a realização das provas, for surpreendido portando:

- aparelhos eletrônicos, tais como: máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, *smartphones*, *tablets*, *iPod*, gravadores, *pendrive*, *mp3 player* ou similar, qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens, bipe, *notebook*, *Walkman*, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc.;
- relógio de qualquer espécie, óculos escuros e protetor auricular;
- quaisquer acessórios de chapalaria, tais como: chapéu, boné, gorro etc.

- 5.2 Serão considerados APROVADOS, os(as) candidatos(as) que atingirem a nota mínima de 6,0 (seis) pontos na prova objetiva.
- 5.3 A prova terá duração máxima de 3 (três) horas e será realizada na data provável de **05/12/2021, no período das 09h00min às 12h00min**, em **local a ser definido pelo TCE/RN**, o qual será divulgado na sua página eletrônica, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas.
- 5.3.1 O TCE/RN poderá, mediante publicação na sua página eletrônica, alterar a data e/ou o local da aplicação das provas, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas.
- 5.3.2 Os portões serão abertos às 8h00min na data da realização das provas e fechados às 8h45min, quando não será mais possível, em qualquer hipótese, adentrar ao local de prova.
- 5.3.3 O(a) candidato(a) deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização das provas por, no mínimo, 1h30min após o seu início. A inobservância deste item acarretará a eliminação do(a) candidato(a) do processo seletivo.
- 5.3.4 O(a) candidato(a) somente poderá retirar-se levando consigo o caderno de provas após 2h30min do início das provas.
- 5.3.5 Os 3 (três) últimos candidatos deverão permanecer nas respectivas salas até que o(a) último(a) candidato(a) entregue a prova.

6 DOS PROCEDIMENTOS SANITÁRIOS

- 6.1 O ingresso de candidato(a) no local de aplicação das provas será condicionado à utilização de máscara de proteção individual que cubra total e simultaneamente boca e nariz.
- 6.2 A recusa em utilizar a máscara corretamente implicará a eliminação da prova e a retirada do(a) candidato(a) do local de aplicação.
- 6.3 O(a) candidato(a) poderá levar álcool em gel, desde que em material transparente, para uso pessoal.
- 6.4 Poderá ser solicitado ao(à) candidato(a) que retire a máscara, durante toda a realização do concurso para a vistoria visual.
- 6.5 Somente serão permitidos lanches de rápido consumo, desde que armazenados em material transparente e sem rótulos que impeçam a visualização de seu conteúdo.
- 6.6 O(a) candidato(a) deverá retirar a máscara apenas para se alimentar e recolocá-la imediatamente após terminar.
- 6.7 O(a) candidato(a) deverá levar sua própria garrafa de água em material transparente e sem rótulo.
- 6.8 As salas de aplicação de prova serão organizadas de maneira a manter o distanciamento entre os candidatos, e, sempre que possível, as portas e janelas permanecerão abertas.

7 DAS DIVULGAÇÕES DE RESULTADO E RECURSOS

- 7.1 O gabarito preliminar da prova objetiva será divulgado no dia 06/12/2021, a partir das 17h00min, mediante publicação na página eletrônica do TCE/RN.
- 7.2 Após a divulgação do gabarito preliminar, os(as) candidatos(as) terão das 0h00min até às 23h59min do dia 07/12/2021, para interpor eventual recurso, em formulário eletrônico próprio disponibilizado na página eletrônica do TCE/RN.
- 7.3 O recurso deverá ser fundamentado, indicando a questão impugnada.
- 7.4 A divulgação do gabarito definitivo das provas objetivas e da lista classificatória preliminar ocorrerá na data de 13/12/2021.
- 7.5 Os(as) candidatos(as) terão das 0h00min até às 23h59min do dia 14/12/2021, para interpor eventual recurso da lista classificatória preliminar.
- 7.6 O resultado final da seleção somente ocorrerá após o julgamento dos recursos interpostos, o que competirá à Comissão do Concurso, até a data provável de 16/12/2021.
- 7.7 A classificação, para cada área, obedecerá à ordem decrescente da nota final de cada candidato(a) aprovado(a).
- 7.7.1 Havendo empate entre os candidatos na classificação, terá precedência o(a) candidato(a), na seguinte ordem:
- que obtiver maior pontuação nas questões Conhecimentos Específicos;
 - estudante de instituição pública de ensino;
 - que tenha participado do Programa de Estágio do TCE/RN, durante a graduação;
 - que tiver cumprido a maior carga horária referente à estrutura curricular;
 - que tiver maior idade.
- 7.8 Após homologação, o resultado final do processo seletivo será publicado no Diário Eletrônico do TCE/RN e na sua página virtual na data provável de 17/12/2021.

8 DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

- 8.1 Aos candidatos com deficiência, amparados pelo artigo 37, inciso VIII, da Constituição Federal, é assegurado o direito de participar da seleção de estagiários de pós-graduação, cujas atividades sejam compatíveis com sua deficiência, reservando-se 10% (dez por cento) das vagas, conforme artigo 17, §5º, da Lei Federal nº 11.788/2008.
- 8.2 Os(as) candidatos(as) com deficiência aprovados(as) no processo seletivo deverão apresentar, **entre os dias 10/01/2022 e 11/01/2022, das 8h às 17h, à Junta Médica, a ser indicada pelo TCE/RN**, o competente laudo médico com a demonstração de sua condição de pessoa com deficiência para aferição da compatibilidade com as atribuições do estágio.
- 8.3 O(a) candidato(a) que for inabilitado(a) nesta fase:
- 8.3.1 Por não ter sido considerado(a) deficiente e, tendo sido aprovado(a) no processo seletivo, figurará na lista de classificação geral;

8.3.2 Em virtude de incompatibilidade de sua deficiência com as atribuições do estágio, será eliminado(a) do processo seletivo.

9 DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO

9.1 O processo seletivo para estágio remunerado de pós-graduação terá validade de 01 (um) ano, a contar da data de sua homologação, podendo ser renovado, mediante publicação, por igual período, conforme conveniência e oportunidade do TCE/RN.

10 DO GRAU DE PARENTESCO

10.1 Os estudantes que eventualmente possuam vínculo de parentesco com Conselheiros, Procuradores e/ou servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, de quem seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, poderão participar do processo seletivo, porém, ao serem convocados(as), não desempenharão suas funções nos mesmos setores que seus parentes.

11 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 A classificação fora das vagas previstas para contratação imediata gera para o(a) candidato(a) apenas a expectativa de direito à convocação, reservando-se ao TCE/RN o direito de convocar os(as) aprovados(as) de acordo com sua necessidade, com rigorosa obediência à ordem de classificação final do certame.

11.2 O ato da inscrição implicará o conhecimento das instruções e a aceitação tácita das condições estabelecidas neste edital, bem como autoriza o TCE/RN a utilizar os dados inseridos, mantendo-se a mesma finalidade para as quais foram fornecidos.

11.3 Os(as) candidatos(as) aprovados deverão manter atualizados seus telefones, e-mails e endereços junto ao TCE/RN, de maneira que este não se responsabiliza por eventuais prejuízos ao(à) candidato(a) decorrentes de telefone e/ou e-mail não atualizados.

11.4 A convocação do(a) candidato(a) para assumir a vaga de estagiário de pós-graduação será realizada pelo TCE/RN, por meio de contato telefônico e/ou eletrônico, conforme contatos informados no ato de sua inscrição.

11.5 O candidato que, **no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a convocação**, não apresentar a documentação indicada abaixo, na sede do TCE/RN, será eliminado do certame:

11.5.1 Cópia de Documento Oficial de Identidade e do Cadastro Nacional de Pessoa Física – CPF. Serão aceitos como Documento Oficial de Identidade: Carteira e/ou Cédula de Identidade expedida por Secretaria de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores; Cédula de Identidade para Estrangeiros; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos ou Conselhos de Classe que, por força de Lei Federal, valem como documento de identidade, como as do CREA, CRM, CRC etc.; Certificado de Reservista; Passaporte (dentro da validade); Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia, na forma da Lei nº 9.503/1997).

11.5.2 Diploma de conclusão de graduação em Ciências Contábeis, Direito ou Engenharia Civil;

11.5.3 Declaração do registro de matrícula com frequência obrigatória em programa de pós-graduação de instituição de ensino superior regularmente credenciada junto ao Ministério da Educação (MEC), com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas;

- 11.5.4 Declaração de carga horária já cumprida do curso de pós-graduação referente à estrutura curricular;
 - 11.5.5 Declaração de conclusão de estágio de graduação no TCE/RN, se houver;
 - 11.5.6 Certidão de quitação eleitoral;
 - 11.5.7 Certidões negativas de antecedentes criminais, perante as Justiças federal e estadual, inclusive nos Juizados Especiais, considerando-se, em todos os casos, o Estado onde residiu nos últimos cinco anos;
 - 11.5.8 Certidão de nada consta perante o Conselho de Classe ao qual esteja inscrito, se houver;
 - 11.5.9 Certificado de reservista ou documento equivalente que comprove a quitação com o Serviço Militar, para os candidatos do sexo masculino;
 - 11.5.10 02 (duas) fotos 3 x 4;
 - 11.5.11 Número da Agência e número da Conta Corrente no Banco do Brasil S/A, ou cópia do respectivo cartão.
- 11.6 Os casos não previstos no presente Edital serão resolvidos pela Comissão indicada no item 2.1, cabendo recurso de tais decisões ao Presidente do TCE/RN.
- 11.7 Integram o presente Edital o **Anexo I – Conteúdo Programático**; e o **Anexo II – Cronograma de atividades**.

Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, em Natal/RN, 05/11/2021.

Marise Magaly Queiroz Rocha
Presidente da Comissão
Portaria nº 213/2021 – GP/TCE

ANEXO I – Conteúdo Programático

1. CONHECIMENTOS GERAIS – Para todas as áreas:

1.1 Noções sobre a Organização do TCE/RN: 1. Regimento Interno do TCE/RN (aprovado pela Resolução nº 009/2012-TCE): 1.1 Da natureza, competência e jurisdição. 1.2 Da Organização: 1.2.1 Da sede, composição e autonomia, 1.2.2 Do Pleno e das Câmaras, 1.2.3 Das comissões permanentes e temporárias, 1.2.4 Da Presidência, da Vice-presidência, dos Presidentes de Câmaras, da Corregedoria, da Escola de Contas e da Ouvidoria, 1.2.5 Dos Conselheiros, 1.2.6 Dos auditores, 1.2.7 Do Ministério Público junto ao Tribunal; 1.3 Dos serviços técnicos e administrativos.

2. CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

2.1 CIÊNCIAS CONTÁBEIS:

2.1.1 1. A Atividade Financeira do Estado. 2. Sistema Orçamentário. 2.1 Orçamento Público. 2.2. Princípios Orçamentários. 3. As Leis Orçamentárias. 3.1. Noções Gerais. 3.2. O Plano Plurianual. 3.3. As Diretrizes Orçamentárias. 3.4. O Orçamento Anual. 3.5. Crédito Orçamentário, Dotação Orçamentária. 3.6. Ciclo Orçamentário. 3.7. Alterações Orçamentárias. 4. Receita Pública. 4.1. Noções Gerais. 4.2. Estágios da Receita Pública. 4.3. Classificação da receita orçamentária 4.4. Ingresso extra-orçamentário. 5. Despesa Pública. 5.1. Noções Gerais. 5.2. Classificações da despesa orçamentária. 5.3. Dispêndio extra-orçamentário. 5.4. Estágios da Despesa Pública. 5.5. Restos a Pagar. 5.6. Despesas de Exercícios Anteriores. 6. Lei Complementar Nacional nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal): 6.1 Das Despesas com Pessoal (arts. 18-23). 6.2 Da Transparência, Controle e Fiscalização (arts. 48 a 59).

2.2 DIREITO:

2.2.1 Direito Constitucional: 1. Dos Princípios Fundamentais. 2. Dos Direitos e Garantias Fundamentais. 3. Da Organização do Estado. 3.1 Organização político-administrativa. 3.2 Estado Federal Brasileiro. 3.3 União. 3.4 Estados federados. 3.5 Municípios. 3.6 Distrito Federal. 3.7 Territórios 3.8 Intervenção federal. 3.9 Intervenção dos estados nos municípios. 4. Administração Pública. 4.1 Disposições gerais. 4.2 Servidores públicos. 4.3 Militares dos estados, do Distrito Federal e dos territórios. 5. Organização dos poderes no Estado. 5.1 Mecanismos de freios e contrapesos. 5.2 Poder Legislativo. 5.2.1 Estrutura, funcionamento e atribuições. 5.2.2 Comissões parlamentares de inquérito. 5.2.3 Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. 5.2.4 Tribunal de Contas da União (TCU). 5.2.5 Processo Legislativo. 5.2.6 Prerrogativas parlamentares. 6. Controle da constitucionalidade. 6.1 Sistemas gerais e sistema brasileiro. 6.2 Controle incidental ou concreto. 6.3 Controle abstrato de constitucionalidade. 6.4 Exame *in abstractu* da constitucionalidade de proposições legislativas. 6.5 Ação declaratória de constitucionalidade. 6.6 Ação direta de inconstitucionalidade. 6.7 Arguição de descumprimento de preceito fundamental. 6.8 Ação direta de inconstitucionalidade por omissão. 6.9 Ação direta de inconstitucionalidade interventiva. 6.10 Controle concreto e abstrato de constitucionalidade do direito municipal. 7. Finanças públicas. 7.1 Normas gerais. 7.2 Orçamentos. 8. Constituição do Estado do Rio Grande do Norte (art. 52 a 56). 9. Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.

2.2.2 Direito Administrativo: 1. Princípios de direito administrativo. 2. Organização da Administração Pública: 2.1 Administração direta. 2.2 Administração indireta. 3. Ato Administrativo: 3.1. Requisitos. 3.2 Atributos. 3.3 Classificação. 3.4 Atos administrativos em espécie. 3.5 Revogação e invalidação do ato administrativo. 4. Agentes Públicos. 4.1 Legislação pertinente. 4.1.1 LCE nº 122/94. 4.1.2 Disposições constitucionais aplicáveis. 4.2 Disposições doutrinárias: 4.2.1 Conceito; 4.2.2 Espécies. 4.2.3 Cargo, emprego e função pública. 4.2.4 Provimento. 4.2.5 Vacância. 4.2.6 Efetividade, estabilidade e vitaliciedade. 4.2.7 Remuneração. 4.2.8 Regime de previdência. 5.

Controle da Administração Pública: 5.1 Conceito. 5.2 Classificação das formas de controle. 5.3 Controle exercido pela administração pública. 5.4. Controle legislativo. 6. Licitações e contratos administrativos. 6.1 Lei 14.133/2021 (Nova Lei de licitações). 6.2 Lei nº 12.462/2011 (Regime Diferenciado de Contratações Públicas). 7. Improbidade administrativa. 7.1 Lei nº 8.429/1992. 7.2 Disposições doutrinárias aplicáveis. 7.3 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.

2.2.3 Direito Processual Civil: 1. Código de Processo Civil (Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015):

1.1 Das normas fundamentais do Processo Civil (arts. 1º a 12); 1.2 Da aplicação das normas processuais (arts. 13 a 15); 1.3 Da jurisdição e da ação (arts. 16 a 20); 1.4 Da competência (arts. 42 a 66); 1.5 Da capacidade processual (arts. 70 a 76); 1.6 Dos procuradores (arts. 103 a 107); 1.7 Da sucessão das partes e dos procuradores (arts. 108 a 112); 1.8 Do litisconsórcio (arts. 113 a 118); 1.9 Da assistência (arts. 119 a 124); 1.10 Do incidente de desconsideração da personalidade jurídica (arts. 133 a 137); 1.11 Do amicus curiae (art. 138); 1.12 Dos poderes, dos deveres e da responsabilidade do juiz (arts. 139 a 143); 1.13 Dos impedimentos e da suspeição (arts. 144 a 148); 1.14 Do Ministério Público (arts. 176 a 181); 1.15 Da forma dos atos processuais: 1.15.1 Dos atos em geral (arts. 188 a 192), 1.15.2 Da prática eletrônica de atos processuais (arts. 193 a 199), 1.15.3 Dos atos das partes (arts. 200 a 202), 1.15.4 Dos pronunciamentos do juiz (arts. 203 a 205); 1.16 Do tempo e do lugar dos atos processuais (arts. 212 a 217); 1.17 Dos prazos: 1.17.1 Disposições gerais (arts. 218 a 232); 1.18 Da citação (arts. 238 a 259); 1.19 Das intimações (arts. 269 a 275); 1.20 Das nulidades (arts. 276 a 283); 1.21 Da tutela provisória (arts. 294 a 311); 1.22 Da contestação (arts. 335 a 342); 1.23 Da revelia (arts. 344 a 346); 1.24 Das provas: 1.24.1 Disposições gerais (arts. 369 a 380); 1.25 Da ordem dos processos e dos processos de competência originária dos tribunais: 1.25.1 Disposições gerais (arts. 926 a 928); 1.26 Da ação rescisória (arts. 966 a 975); 1.27 Dos recursos: 1.27.1 Disposições gerais (arts. 994 a 1.008) e 1.27.2 Dos embargos de declaração (arts. 1.022 a 1.026). 2. Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.

2.2.4 Direito Financeiro: 1. Noções de Direito Financeiro: 1.1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: 1.1.1 Da Tributação e do Orçamento: 1.1.1.1 Das Finanças Públicas (arts. 165 a 169). 2. Lei Complementar Nacional nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal): 2.1 Das Despesas com Pessoal (arts. 18-23). 2.2 Da Transparência, Controle e Fiscalização (arts. 48 a 59). 3. Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.

2.2.5 Direito Previdenciário: 1. Constituição Federal, com as alterações introduzidas pela Emenda à Constituição Federal nº 103, de 12/11/2019. 1.1 Dos servidores públicos (Art. 40). 2. Constituição do Estado do Rio Grande do Norte, com as alterações introduzidas pela Emendas Constitucionais nº 01/1993 a 21/2020. 2.1 Dos Servidores Públicos (Seção II, art. 28 e art. 29). 3 Regras de direito adquirido. 3.1 Emenda à Constituição Federal nº 41, de 19/12/2003 (Art. 6º). 3.2 Emenda à Constituição Federal nº 47, de 05/07/2005 (Art. 3º). 4. Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Estado do RN (Lei Complementar Estadual nº 308, de 25/10/2005). 4.1 Dos Beneficiários, dos segurados e dos dependentes (Art. 3º ao 9º). 5. Controle Externo dos atos de pessoal pelo TCE/RN. 5.1 Lei Complementar Estadual nº 464, de 05/01/2012. 5.1.1 Natureza e competência do TCE/RN (Art. 1º). 5.1.2 Apreciação dos atos de pessoal sujeitos a registro (Art. 95). 6. Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.

2.3 ENGENHARIA CIVIL:

2.3.1 1. Construção Civil – Materiais e Técnicas Construtivas. Resistência dos Materiais. Estruturas. Etapas de uma Construção. 2. Mecânica Dos Solos – Índices Físicos e Ensaio Tecnológicos. 3. Rodovias – Projeto. Terraplenagem e Pavimentação. 4. Saneamento – Sistema De Esgotamento Sanitário. Sistema De Abastecimento D’água. Drenagem Urbana. Resíduos Sólidos. 5. Obras – Projeto. Orçamento – Composição de Custos Unitários. Sistema Nacional De Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi) – Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro). Licenças Ambientais. Execução. Fiscalização. 6. Contratação de Obras Públicas – Legislação Aplicável e Etapas. 7. Controle de Obras – Cronograma. Curva ABC. Acompanhamento da Aplicação de Recursos (Medições, Cálculos De Reajustamento, Mudança De Data-Base, Emissão

De Fatura Etc.). Análise e Interpretação de Documentação Técnica (Editais, Contratos, Aditivos Contratuais, Cadernos de Encargos, Projetos, Diário de Obras Etc.).

ANEXO II – Cronograma de atividades

Inscrições	11 e 12/11/2021
Deferimento preliminar de inscrições	22/11/2021
Recurso contra inscrições indeferidas	23/11/2021
Deferimento final de inscrições	26/11/2021
Aplicação de provas	05/12/2021
Divulgação do Gabarito Preliminar	06/12/2021
Prazo para interposição de recurso das provas objetivas	07/12/2021
Divulgação do gabarito definitivo das provas objetivas e da lista classificatória preliminar	13/12/2021
Prazo para interposição de recurso da lista classificatória preliminar	14/12/2021
Resultado final e relação dos candidatos aprovados	16/12/2021
Apresentação de exames médicos por parte dos candidatos com deficiência	10 a 11/01/2022